ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DAS DESPESAS PÚBLICAS QUANTO À IDEOLOGIA POLÍTICA PARTIDÁRIA NOS GOVERNOS MUNICIPAIS DO ESTADO DE GOIÁS

GEOVANNA KETLYN MEIRELES
Universidade Federal de Goiás (UFG)

CELMA DUQUE FERREIRA
Universidade Federal de Goiás (UFG)

RESUMO: O presente estudo objetivou analisar a influência da ideologia política partidária sobre o comportamento das despesas públicas nos municípios do Estado de Goiás, no período de 2017 a 2023. A pesquisa parte do pressuposto que as orientações ideológicas dos partidos, esquerda, centro e direita, podem impactar de forma diferenciada a alocação de recursos em áreas estratégicas, como saúde, educação, infraestrutura e segurança. A metodologia consistiu na coleta de dados secundários em bases da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Superior Tribunal Eleitoral (TSE) e portais de transparência municipal, com ênfase nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) e Relatórios de Gestão Fiscal (RGF). Para tratamento dos dados, aplicou-se análise de séries temporais, correlação e regressão logística multinomial, para mensurar a associação entre orientação ideológica e padrões de gasto. A amostra contemplou 246 municípios. Os resultados evidenciam que, embora haja pluralidade formal no sistema partidário, a diversidade substantiva é limitada, refletindo predominância de partidos de centro (74%) na gestão municipal. A análise das receitas e despesas revelou assimetrias entre discurso ideológico e prática financeira, além de estabilidade relativa na distribuição de recursos, independentemente do espectro partidário. Observou-se, contudo, que partidos de esquerda tendem a priorizar gastos sociais, enquanto partidos de centro e direita demonstram maior propensão ao equilíbrio fiscal e a investimentos em infraestrutura, ainda que tais diferenças se manifestem de forma atenuada pela fragmentação e pragmatismo político.
Palavras-chaves: Despesas públicas; Ideologia política partidária; Comportamento despesas públicas.

ÁREA TEMÁTICA: Contabilidade Pública e Governamental (CPG).

1. INTRODUÇÃO

Alguns estudos indicam que no âmbito político é impossível se desvincular da ideologia a alocação de recursos públicos, porque traz consigo sua visão de mundo, a estratégia adotada para atingir determinados paradigmas, e como produto final, tem-se as ações políticas, o que em sua totalidade, são executadas com uma prioridade em vista, como por exemplo a educação, saúde, moradia, infraestrutura, entre outros (Maglia, 2020; Lazarri, 2022).

Considerando os enquadramentos partidários, por exemplo, a esquerda possui um aspecto de reformulação do capitalismo para diminuir a desigualdade social, o que abre espaço para o Estado intervir, enquanto a direita acredita mais no sustento da ordem social e política, crendo que a igualdade é um fator natural incapaz de ser alterado com influências (García & Hayo, 2021).

Os partidos de esquerda teriam seus gastos mais concentrados em áreas públicas, como saúde e educação, com o financiamento de receitas tributárias mais elevado, já os de direita seria mais neutro, com receitas tributárias mais baixas (Gootjes et al 2021; Bartoluzzio & Anjos, 2020). Ainda com base nos autores, a questão social é um ponto marcante nessas ideologias, uma vez que a direita tem suas ações voltadas à proteção dos ruralistas para fortalecer o agronegócio, e a esquerda é direcionada ao fortalecimento dos ambientalistas para proteger o meio ambiente.

Esse embate de divisões tem sido discutido em estudos acadêmicos, Salles (2020) por exemplo, argumenta que quase não existem partidos políticos da ideologia de direita quando utilizados determinados métodos estatísticos para definir essa classificação, chegando até mesmo a contradizer com as predefinições ditas pelos próprios partidos.

Giora, (2009) identificou que o Brasil e outros países latino-americanos tiveram ações progressistas com um governo de esquerda, apontando para a aplicação de políticas liberais como o denominado tripé macroeconômico (responsabilidade fiscal, metas de inflação e câmbio flutuante). Apesar disso, as ações foram eficientes e resultaram em equilíbrio fiscal e superávits orçamentários.

Ratificando o estudo de Giora (2009), Gonçalves et al (2017) verificaram que o gasto social desses partidos tende a aumentar em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), enquanto considerando o gasto total, há uma tendência à redução, posto que as razões para essas tendências podem incluir mudanças nas prioridades políticas, restrições orçamentárias e considerações sobre a eficácia dos programas sociais.

É importante destacar que essas tendências não são absolutas e podem variar dependendo de fatores específicos de cada município, incluindo as condições socioeconômicas locais, a gestão municipal específica e a conjuntura política. Além disso, a dinâmica política no Brasil é caracterizada pela coalizão de diferentes partidos, o que pode levar a uma combinação de políticas de diferentes orientações em um mesmo governo (Codato et al. 2018).

Atualmente, o Brasil é constituído por 5.570 municípios, distribuídos em seis regiões, Norte, Nordeste, Sul, sudeste e Centro Oeste, totalizando aproximadamente 220 milhões de habitantes, envolvidos por 33 partidos políticos, com ideologias socialistas, progressistas, liberal e central. Desses, 20% dos governos municipais estão filiados aos partidos com ideologia liberal, 40% socialistas, 25% progressistas e 15% liberais. Estudar as despesas orçamentárias em relação às ideologias políticas partidárias das unidades federativas do Brasil, no caso específico, o Estado de Goiás, é uma abordagem importante para compreender como as escolhas políticas impactam as prioridades de gastos do governo.

Face ao exposto, este estudo objetiva **analisar o comportamento das despesas empenhadas no período de 2017 a 2023 em relação a ideologia política partidária dos governos municipais do Estado de Goiás.**

A realização de um estudo sobre a relação entre a alocação de recursos públicos e as ideologias políticas partidárias no Brasil, justifica-se pela necessidade de compreender como diferentes orientações ideológicas influenciam as decisões orçamentárias e, por conseguinte, moldam as políticas públicas implementadas nos municípios.

Considerando que as ideologias políticas expressam visões de mundo distintas, nas quais a esquerda tende a privilegiar investimentos em áreas sociais, como educação e saúde, enquanto a direita adota uma postura mais conservadora em relação à intervenção estatal, torna-se essencial investigar empiricamente se essas orientações se refletem, de fato, em padrões diferenciados de gasto público. O contexto político brasileiro, caracterizado por ampla fragmentação partidária, regimes de coalizão e heterogeneidades socioeconômicas regionais, constitui um terreno propício para examinar a coerência entre discursos ideológicos e práticas orçamentárias. Assim, ao contemplar o período de 2017 a 2023, com foco nos municípios do

Estado de Goiás, este estudo busca contribuir para o avanço da compreensão acerca dos determinantes políticos das finanças públicas locais, bem como para o fortalecimento da transparência e da responsabilidade na gestão fiscal.

A análise da alocação de gastos à luz das ideologias políticas reveste-se de elevada relevância científica e social. As decisões orçamentárias materializam prioridades e valores que refletem a orientação ideológica dos governantes e influenciam diretamente a formulação e a execução das políticas públicas. Desse modo, compreender essa relação permite (i) identificar a expressão concreta das prioridades ideológicas; (ii) avaliar como os princípios políticos se traduzem em ações nos setores de educação, saúde, segurança e infraestrutura; (iii) examinar o comprometimento entre discurso e prática governamental; (iv) mensurar os efeitos das escolhas orçamentárias sobre a distribuição de renda e a justiça social; e (v) compreender a concepção de Estado implícita em cada orientação ideológica. Além disso, a análise longitudinal das alocações orçamentárias possibilita a previsão de tendências futuras, oferecendo subsídios relevantes para a formulação de políticas públicas mais coerentes, equitativas e sustentáveis.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DESPESAS PÚBLICAS E IDEOLOGIA POLÍTICA PARTIDÁRIA

Durante os períodos eleitorais, partidos e candidatos formulam promessas específicas sobre a destinação de recursos públicos. Assim, o exame das despesas orçamentárias permite verificar o grau de coerência entre o discurso político e a prática governamental, bem como avaliar o cumprimento das promessas apresentadas à sociedade. Tal análise é igualmente relevante para compreender as prioridades de cada orientação ideológica , identificando quais setores, programas e políticas são privilegiados, como saúde, educação, segurança e infraestrutura.

Entre as principais dimensões dessa abordagem, destacam-se: (i) a identificação das prioridades e valores subjacentes às escolhas orçamentárias, refletindo o grau de comprometimento ideológico; (ii) a análise evolutiva das despesas ao longo do tempo, possibilitando inferir transformações nas orientações ideológicas e suas consequências nas políticas públicas; (iii) a verificação da correspondência entre promessas eleitorais e ações concretas; e (iv) a projeção de políticas futuras, especialmente em contextos de alternância de poder, o que é crucial para atores sociais, econômicos e institucionais que buscam antecipar mudanças no cenário político.

A literatura especializada tem demonstrado a influência das ideologias partidárias sobre a formulação e execução das políticas públicas. Estudos como os de Gootjes et al. (2021), Bartoluzzio e Anjos (2020), Fukumoto et al. (2020), Codato et al. (2018) e Gonçalves et al. (2017) apontam que partidos progressistas tendem a direcionar maiores investimentos a áreas sociais, como educação e saúde, visando à redução das desigualdades e à promoção da equidade social. Em contrapartida, partidos de orientação conservadora tendem a privilegiar setores como infraestrutura e segurança, buscando impulsionar o crescimento econômico e fortalecer a eficiência administrativa.

No campo das políticas sociais, os partidos de esquerda costumam adotar medidas redistributivas, ampliando o acesso a serviços públicos e implementando programas de transferência de renda. Já os partidos de direita frequentemente defendem políticas voltadas ao empreendedorismo e à iniciativa privada como instrumentos de desenvolvimento. No tocante à sustentabilidade, observa-se que legendas progressistas demonstram maior engajamento com pautas ambientais, enquanto partidos conservadores tendem a priorizar o crescimento econômico, mesmo que em detrimento de medidas ecológicas mais restritivas.

Partidos conservadores priorizam um ambiente favorável a negócios e investimentos, enquanto os progressistas defendem maior atuação estatal em projetos sociais. No combate à corrupção, as abordagens variam conforme os valores ideológicos. Já na gestão fiscal, liberais tendem à austeridade e ao equilíbrio das contas públicas, enquanto partidos de esquerda aceitam maior expansão dos gastos sociais.

Essas distinções têm sido debatidas por diversos autores. Salles (2020) argumenta que, ao aplicar métodos estatísticos de classificação ideológica, muitos partidos tidos como de direita, como PP, PFL/DEM e PRONA, apresentam comportamento mais alinhado à esquerda, o que demonstra a complexidade da dinâmica partidária brasileira. A autora ressalta, contudo, que tais métodos possuem limitações, pois nem sempre captam fatores não ideológicos que influenciam as decisões políticas. Complementarmente, Lazarri (2022) reforça que as ideologias moldam as políticas públicas de forma multifacetada, sendo que, em termos teóricos, partidos de direita tendem ao conservadorismo e ao liberalismo econômico, enquanto os de esquerda adotam posturas progressistas e defensivas do intervencionismo estatal.

Dessa forma, investigar as despesas orçamentárias sob a ótica ideológica permite não apenas avaliar a coerência entre discurso e prática governamental, mas também compreender as múltiplas dimensões que estruturam o processo decisório no setor público brasileiro, contribuindo para o aprimoramento da transparência, da governança e da responsabilidade fiscal.

2.2 ESTUDOS SIMILARES

A compreensão da influência das ideologias políticas sobre os gastos públicos tem sido amplamente explorada na literatura, buscando identificar se há correlação entre as decisões orçamentárias e as orientações partidárias. Enquanto alguns estudos apontam para uma relativa homogeneidade nas alocações de recursos, independentemente da ideologia dos governantes, outros evidenciam associações significativas entre o posicionamento político e a destinação de despesas, revelando a complexidade e a necessidade de aprofundamento dessa temática.

Em nível municipal, Grzibowski (2019) analisou a distribuição das despesas públicas por função governamental em municípios do Rio Grande do Sul e concluiu que as preferências alocativas não diferem substancialmente segundo as concepções ideológicas dos mandatários locais. Tal resultado é atribuído a restrições legais e estruturais que limitam a autonomia decisória dos gestores, impedindo-os de expressar plenamente suas preferências ideológicas por meio do orçamento.

Em escala estadual, Fabre e Scheeffer (2024) identificaram ausência de relação consistente entre ideologia (esquerda/direita) e volume de gastos públicos, destacando, contudo, que os estados governados por partidos de esquerda tendem a aplicar mais recursos em educação e urbanização. De modo semelhante, Scheeffer, Baldo e Santos (2020), ao investigarem as capitais brasileiras entre 2013 e 2016, observaram homogeneidade nas despesas em assistência social entre governos de diferentes orientações ideológicas.

Rodrigues (2010), ao estudar Santa Catarina, verificou variação de gastos relativamente uniforme entre grupos políticos. Já Câmara (2018), examinando os estados governados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) entre 1995 e 2013, concluiu que, embora os gastos aumentem conforme o crescimento das receitas, governos petistas priorizam educação e transporte, enquanto administrações não alinhadas à esquerda concentram-se em segurança pública.

Complementarmente, Dalla Riva e Guglielmi (2020) analisaram três décadas de investimentos no Brasil e constataram que governos de direita favoreceram o capital privado, enquanto gestões de esquerda ampliaram investimentos públicos. Gerigk, Riber e Lepchack (2018) verificaram que o ciclo político, mais do que a ideologia, influencia as decisões

orçamentárias. Por fim, Febre, Scheffer e Flach (2020) identificaram que governos de direita conferem menor prioridade à gestão ambiental em comparação aos de esquerda.

Diante desse panorama multifacetado, o presente estudo busca examinar o comportamento das alocações de recursos nos municípios do Estado de Goiás, contribuindo para o debate sobre os determinantes ideológicos das finanças públicas locais.

3. METODOLOGIA

O estudo busca capturar e analisar os padrões de gastos ao longo do tempo e entre diferentes partidos políticos nos municípios 246 municípios do estado de Goiás. A escolha da amostra, se deu devido à disponibilidade dos dados necessários para realização do estudo referente ao período 2017 a 2023.

Os dados serão coletados das bases de dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Portal da Transparência de cada município, especificamente por meio do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Superior Tribunal Eleitoral (STE). E analisados por métodos estatísticos, tais como: (i) análise de séries temporais, para examinar como as despesas orçamentarias têm variado ao longo dos anos em respostas a diferentes administrações e partidos políticos; (ii) análise de variação entre partido político em relação sua ideologia declarada; (iii) correlação entre variáveis, tais como ideologia política partidária e alocação de recursos; (iv) regressão logística multinomial, conforme estrutura da equação (ver eq1).

Seja a variável resposta YY com JJ categorias: $Y \in \{1,2,\ldots,J\} Y \in \{1,2,\ldots,J\}$, escolhe-se uma categoria de referência (por convenção, JJ). O modelo estima a probabilidade de cada categoria jj (para $j=1,2,\ldots,J-1 j=1,2,\ldots,J-1$) em relação à categoria de referência. A equação é:

$$\ln(P(Y=j|X)P(Y=J|X))=\beta j0+\beta j1X1+\beta j2X2+\cdots+\beta jpXp \ln(P(Y=J|X)P(Y=j|X))=\beta j0+\beta j1X1+\beta j2X2+\cdots+\beta jpXp \quad \text{(eq1).}$$

Em que:

a. $P(Y=j|X)P(Y=j|X)$ = probabilidade de YY assumir a categoria jj dado o vetor de covariáveis XX.
b. $P(Y=J|X)P(Y=J|X)$ = probabilidade da categoria de referência.
c. $\beta jk\beta jk$ = coeficientes específicos para cada categoria jj.
d. XpXp = variáveis independentes (contínuas ou dummies).

As probabilidades podem ser obtidas pela transformação logística:

$$P(Y=j|X)=e\beta j0+\beta j1X1+\cdots+\beta jpXp1+\sum m=1J-1e\beta m0+\beta m1X1+\cdots+\beta mpXpP(Y=j|X)=1+\sum m=1J-1 e\beta m0+\beta m1X1+\cdots+\beta mpXpe\beta j0+\beta j1X1+\cdots+\beta jpXp$$

$$P(Y=J|X)=11+\sum m=1J-1e\beta m0+\beta m1X1+\cdots+\beta mpXpP(Y=J|X)=1+\sum m=1J-1e\beta m0+\beta m1X1+\cdots+\beta mp Xp1$$

Assim:

- Cada categoria tem uma função de log-odds em relação à referência.
- As probabilidades de todas as categorias somam 1.

Considerando a hipótese que a ideologia política e a alocação de recursos dependem de vários fatores, incluindo a visão econômica do partido no poder, suas prioridades políticas e as demandas específicas da população. E que as políticas podem evoluir ao longo do tempo com base em novas circunstâncias e prioridades, assim como a dinâmica da política local que determina como os recursos serão distribuídos, haja visto a sensibilidade dos governos à opinião pública, o estudo formula as hipóteses de pesquisa: (i) H0 - os resultados apontam que as despesas empenhadas não correspondam a ideologia dos partidos os quais os governos municipais estão filiados; (ii) H1 - os resultados não apontam que as despesas empenhadas não

correspondam a ideologia dos partidos os quais os governos municipais estão filiados. Não fez parte deste estudo as receitas e despesas oriundas dos reflexos do período pandêmico (covid-19), correspondente ao período 2020 e 2021 na área da saúde.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 PLURALIDADE FORMAL VERSUS DIVERSIDADE SUBSTANTIVA: CONTRADIÇÕES ESTRUTURAIS DO SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO

Com base nas informações constantes na Tabela 1, que apresenta a relação dos partidos políticos brasileiros existentes (TSE, 2024), reflete um dos traços mais marcantes do sistema político-eleitoral do país: a fragmentação partidária.

Os governos municipais do Estado de Goiás, amostra deste estudo, estão centrados na gestão voltada para orientação partidária de centro, em aproximadamente 74%, com destaque para os partidos políticos PSDB (19%), União (16%) e MDB (15%). Já quanto a direita e esquerda, 24,8% e 1,2% respectivamente.

O sistema partidário brasileiro é marcado por fragmentação e pouca coerência ideológica, com muitas siglas sem identidade programática definida. Nesse sentido, ainda que o cenário formal apresente uma amplitude de correntes políticas, que se estende da extrema-esquerda de inspiração trotskista até a extrema-direita de orientação nacionalista, na prática o espectro político tende a ser diluído em arranjos pragmáticos e circunstanciais.

Tabela 1: Relação dos partidos políticos existentes no Brasil

Item		Sigla	Nome do Partdio	Idelogia Política	Foco/objetivo
1	ESQUERDA	PT	Partido dos Trabalhadores (PT)	Social democracia, progressismo.	Justiça social, direitos trabalhistas, políticas de redistribuição de renda.
2		PSOL	Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	Socialismo democrático, progressismo.	Defesa de direitos humanos, justiça social, igualdade de genêro e políticas ambientais sustentávies.
3		PCdoB	Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	Comunismo, marxismo-leninismo.	Defesa do socialismo e da classe trabalhadora.
4		PSTU	PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado)	Trotskismo, socialismo revolucionário	Revolução socialista, fim do capitalismo, sociedade sem classes.
5		PCB	PCB (Partido comunista brasiliero)	Comunismo marxismo-leninismo.	Sociedade comunista, fim de desigualdades de classes, luta contra o imperalismo.
6		PCO	PCO (Partido da Causa Operária)	Trotskismo*, marxismo revolucionário	Luta por uma revolução socialista, expropriação da burguesia e construção de um Estado operário baseado no controle coletivo dos meios de produção.
7		UP	UP (Unidade Popular pelo Socialismo)	Socialismo, marxismo.	Sociedade socialista, com ênfase na organização popular e controle social dos meios de produção.
8	CENTRO	MDB	Movimento Democrático Brasileiro (MDB)	Centrista, socialliberalismo.	Pragmatismo político, moderação entre as políticas de Estado e mercado.
9		PSD	Partido Social Democrático (PSD)	Centrista, pragmatismo.	Desenvolvimento econômico, políticas de inclusão social.
10		CIDADANIA	Cidadania (antigo PPS)	Social-liberalismo.	Fortalecimento das instuições democráticas, políticas inclusivas e de justiça social.
11		PSBD	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	Social democrata, liberalismo econômic	Fortalecimento das instuições democráticas, políticas econômicas liberais, provatizações, responsabilidade fiscal.
12		AGIR	Antigo PTC - Patido Trabalhista Cristão (AGIR)	Centrista, conservadorismo.	Valores tradicionais, políticas econômicas, desenvolvimento nacional, justiça social.
13		MOBILZA	Mobilização Nacional (MOBILIZA)	Centrista, foco em mobilizações sociai	Participação popular na política, políticas inclusivas, justiça social.
14		AVANTE	AVANTE	Centrista, pragmática.	Políticas voltadas para o desenvolvimento econômico e social, gestão pública eficiente.
15		PV	Partido verde (PV)	Ambientalismo, ecossocialimso	Sustentabilidade ambiental, energias renováveis, políticas públics voltadas para a preservação do meio ambiente
16		DC	Democracia Cristã (DC)	Conservadorismo.	Valores cristãos, políticas de promoção da justiça social e proteção dos valores familiares tradicionais.
17		PODEMOS	PODEMOS	Centrista, liberalismo.	Políticas de redução da desigualdade, liberalismo econômico, fortalecimento das instituições democráticas e combate à corrupção.
18		UNIÃO	União Brasil (UNIÃO)	Centro-direita, liberalismo econômico.	Focado em políticas de livre mercado, eficiência administrativa e fortalecimento da segurança pública e das instituições democráticas.
19		PMB	Partido da Mulher Brasileira (PMB)	Centrista, defesa dos direitos das mulh	Defende a promoção dos direitos das mulheres e igualdade de gênero, políticas sociais inclusivas.
20		REDE	Rede Sustentabilidade (REDE)	Ambientalismo.	Sustentabilidade, justiça social, políticas inclusivas e respeito aos direitos humanos.
21		SOLIEDARIEDADE	SOLIDARIEDADE	Trabalhismo.	Justiça social, direito dos trabalhadores e políticas voltadas para o desenvolvimento econômico com distribuição de renda.
22		PSB	Partido Socialista Brasileiro (PSB)	Socialismo democrático, social democracia.	Políticas voltadas para a redução da desigualdade, defesa da democracia e dos direitos sociais.
23		PDT	Partido Democrático Trabalhista (PDT)	Social-democrata, trabalhismo	Direitos trabalhistas, políticas sociais, justiça social.
24	DIREITA	PL	Partido Liberal (PL)	Liberalismo econômico	Redução do tamanho do Estado, liberalização econômica, privatizações e valores conservadores.
25		PP	Progressistas (PP)	Liberalismo econômico, conservadoris	Liberalismo econômico, redução do Estado na economia, promoção de valores conservadores nas áreas sociais.
26		PRTB	PRTB (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro)	Conservadorismo.	Valores nacionalistas conservadores, redução do Estado na economia e segurança pública.
27		PRD	PRD (Partido de renovação democrática)	Conservadorismo.	Estabilidade econômica através de reformas estruturais, governança democrática.
28		NOVO	Partido Novo (NOVO)	Liberalismo econômico.	Livre mercado, redução do papel do Estado, privatizações, gestão pública eficiente e meritocrática
29		REPUBLICANOS	REPUBLICANOS (antigo PRB)	Conservadorismo.	Valores cristãos, políticas de promoção do desenvolvimento econômico e social, e um papel limitado do Estado na economia.

(*) doutrina e corrente política dentro do movimento comunista internacional que se baseia nas ideias do revolucionário russo Lev Davidovitch Bronstein, dito Trotski 1879-1940 que, entre outras coisas, preconizava a 'revolução permanente', em oposição à teoria stalinista de 'socialismo em um só país. Fonte: TSE (2024).

A tensão entre ideologia e pragmatismo eleitoral constitui um dos aspectos mais relevantes e complexos do sistema partidário brasileiro contemporâneo. Mesmo partidos

historicamente vinculados a projetos ideológicos bem definidos, como os orientados pelo socialismo, comunismo, liberalismo ou conservadorismo, tendem, com frequência, a relativizar seus princípios programáticos em função de alianças circunstanciais e de interesses de governabilidade. Tal comportamento contribui para a diluição das identidades políticas e para a percepção, por parte do eleitorado, de que as legendas se tornaram pouco distinguíveis entre si. O resultado é o agravamento de uma crise de representação, na qual o cidadão tem dificuldade em reconhecer, de modo consistente, a correspondência entre os partidos políticos e os projetos de sociedade que afirmam defender.

A distinção entre partidos tradicionais e legendas mais recentes também revela contradições estruturais do sistema político. Siglas históricas, como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o Democratas (DEM, atualmente incorporado ao União Brasil), desempenharam papel central em momentos cruciais, como o processo de redemocratização e a consolidação institucional. No entanto, essas mesmas agremiações enfrentam hoje desgastes severos, resultantes de escândalos de corrupção, disputas internas e perda de credibilidade pública. Em contrapartida, partidos emergentes procuram se apresentar como alternativas inovadoras, capazes de representar novos segmentos sociais ou suprir lacunas ideológicas. Contudo, em muitos casos, tais legendas acabam reproduzindo práticas características do sistema político brasileiro, como o personalismo e o fisiologismo, o que perpetua a fragilidade da representação e limita a renovação efetiva das elites políticas.

No espectro das correntes consideradas radicais ou marginais, observa-se a presença de legendas de orientação comunista, socialista revolucionária e de extrema direita. Embora sua existência represente a pluralidade e a liberdade de organização política assegurada pela Constituição, sua inserção eleitoral é reduzida. Em geral, tais partidos atuam mais como espaços de militância ideológica ou de pressão política do que como atores competitivos na disputa pelo poder estatal. Paradoxalmente, essa diversidade formal, longe de fortalecer o sistema, contribui para a dispersão dos votos e para a fragilidade da democracia representativa, uma vez que dificulta a consolidação de projetos políticos consistentes.

No campo das reformas políticas, verificam-se avanços parciais, como a instituição da cláusula de desempenho e a extinção das coligações proporcionais. Todavia, o processo permanece inconcluso. O elevado número de siglas com baixa representatividade mantém um Legislativo excessivamente fragmentado, o que compromete a governabilidade e acentua a necessidade de negociações parlamentares baseadas em interesses imediatistas. Tais acordos, muitas vezes, privilegiam práticas de troca de favores em detrimento de coalizões orientadas por afinidades programáticas e visões de longo prazo.

Essa fragmentação reflete e intensifica uma profunda crise de confiança entre o eleitorado e os partidos políticos. A sucessão de escândalos de corrupção, a volatilidade das alianças e a ausência de programas consistentes fragilizaram a legitimidade das legendas junto à sociedade. Como consequência, parcela significativa dos eleitores brasileiros tem priorizado a figura do candidato em detrimento do partido, reforçando o personalismo político e enfraquecendo o papel das agremiações como mediadoras entre a sociedade civil e o Estado. Esse fenômeno não apenas esvazia o sentido institucional dos partidos, mas também aprofunda o déficit de representação, tornando o sistema mais volátil e vulnerável a movimentos populistas.

A análise da Tabela 1 reforça esse diagnóstico, ao evidenciar que a fragmentação excessiva, a baixa coerência ideológica e o predomínio do pragmatismo eleitoral têm limitado a capacidade das legendas de exercerem plenamente sua função representativa. Em muitos casos, o número elevado de partidos não corresponde a uma verdadeira diversidade programática, mas a arranjos circunstanciais de poder. Do ponto de vista das orientações

declaradas, os partidos de esquerda enfatizam políticas voltadas à redução das desigualdades sociais e à ampliação da intervenção estatal na economia. As legendas situadas ao centro buscam conciliar a ação estatal com a lógica de mercado, combinando políticas sociais e responsabilidade fiscal. Já os partidos de direita tendem a adotar posturas mais conservadoras, defendendo a liberdade econômica, a redução do papel do Estado e o fortalecimento do setor privado.

Contudo, tais distinções teóricas nem sempre se confirmam na prática. A lógica da coalizão e do pragmatismo político faz com que partidos de diferentes orientações ideológicas estabeleçam alianças de conveniência, relativizando seus princípios fundacionais. Essa convergência pragmática intensifica a crise de representação, pois fragiliza o vínculo de confiança entre o eleitor e a legenda, tornando difusa a correspondência entre discurso e prática. Assim, na Tabela 1 se evidencia não apenas a diversidade formal do sistema partidário brasileiro, mas também suas limitações estruturais, nas quais a clivagem esquerda–centro–direita se dilui diante das exigências de governabilidade imediata e das negociações políticas de curto prazo.

Diante desse cenário, pode-se inferir que o panorama partidário brasileiro em 2024 reflete um sistema que, embora plural em sua configuração formal, é disfuncional em sua operacionalização prática. A fragmentação, a incoerência ideológica e o predomínio do pragmatismo comprometem a função essencial dos partidos, representar de modo claro e coerente os interesses e valores da sociedade. A ausência de mecanismos institucionais robustos que promovam a fidelidade partidária, restrinja a proliferação de legendas de baixa relevância e incentivem maior consistência programática perpetua a percepção de que os partidos funcionam sobretudo como instrumentos de poder e barganha política. Em consequência, deixam de cumprir seu papel de canais legítimos de mediação entre sociedade e Estado, contribuindo para o enfraquecimento das bases da democracia representativa.

Complementarmente, a Tabela 2 aprofunda a compreensão sobre as dinâmicas do sistema partidário brasileiro e suas limitações estruturais. Ao apresentar a distribuição da amostra de municípios segundo porte populacional, orientação ideológica predominante e composição de gênero na representação política, permite avaliar em que medida a pluralidade formal observada na Tabela 1 se concretiza na prática político-eleitoral. Essa análise comparativa evidencia que a diversidade declarada das legendas nem sempre se traduz em efetiva representatividade social, revelando um sistema em que a pluralidade aparente encobre a homogeneização pragmática das práticas políticas.

Tabela 2: Relação da amostra por ideologia política de esquerda, centro ou direita

Até 5 mil habitantes	Entre 5 e 10 mil habitantes	Entre 10 e 20 mil habitantes	Entre 20 e 50 mil habitantes	Entre 50 e 100 mil habitantes	Acima 100 mil habitantes
90 municípios	70 municípios	20 municípios	10 municípios	10 municípios	46 municípios
36 %	28 %	8 %	4 %	4 %	20 %
5% esquerda	5% esquerda	5% esquerda	5% esquerda	5% esquerda	5% esquerda
65% centro	65% centro	65% centro	65% centro	65% centro	65% centro
30% direita	30% direita	30% direita	30% direita	30% direita	30% direita
14% femin	14% femin	14% femin	14% femin	14% femin	14% femin
86% mascul	86% mascul	86% mascul	86% mascul	86% mascul	86% mascul

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Os resultados constantes na Tabela 2 indicam a predominância dos partidos de ideologia de centro eleitos: aproximadamente 5% vinculados à esquerda, 65% ao centro e 30% à direita. Essa homogeneidade sugere que a fragmentação partidária destacada na Tabela 1 não se traduz em diversidade ideológica substantiva, mas se concentra em três grandes blocos. Tal evidência reforça a crítica de que a multiplicidade de siglas brasileiras não corresponde a uma efetiva

ampliação da representação programática, configurando-se, antes, como uma dispersão de legendas que orbitam em torno de eixos ideológicos previamente consolidados.

Outro aspecto relevante revelado (ver Tabela 2) refere-se à predominância masculina na ocupação de cargos políticos, com 86% de representação masculina em todos os estratos populacionais, em contraste com apenas 14% de participação feminina. Esse dado sugere que, apesar da pluralidade formal apontada na Tabela 1 e da diversidade programática declarada pelos partidos, persiste um déficit democrático no que se refere à representatividade de gênero. A presença uniforme de apenas 14% de mulheres em todas as faixas populacionais evidencia uma limitação estrutural do sistema político, no qual barreiras institucionais e culturais continuam a restringir o acesso feminino a posições de poder, independentemente do alinhamento ideológico das legendas.

Dessa forma, a análise articulada das Tabelas 1 e 2 revela uma contradição central do sistema partidário brasileiro: de um lado, a multiplicidade de siglas registradas em âmbito nacional, que expressa formalmente um sistema plural; de outro, a reprodução de padrões de concentração ideológica e de exclusão de grupos historicamente sub-representações, como as mulheres. Assim, a combinação dos dois quadros demonstra que a pluralidade aparente do sistema político não se converte em maior diversidade substantiva de representação, seja no plano ideológico, seja no plano social.

4.2 INFLUÊNCIA DA IDEOLOGIA PARTIDÁRIA NAS FINANÇAS MUNICIPAIS: ANÁLISE EMPÍRICA DAS RECEITAS, DESPESAS E ENDIVIDAMENTO (2017-2023).

Por meio dos dados descritos na Tabela 3, evolução das receitas líquidas dos partidos políticos brasileiros, classificadas conforme orientação ideológica (esquerda, centro e direita) nos períodos de 2017-2020 e 2021-2023, observa-se desigualdade de receitas entre blocos ideológicos, crescimento expressivo das receitas após 2021, assimetria entre discurso ideológico e prática financeira e implicações para a crise de representatividade. Já referente a desigualdade entre blocos ideológicos, verifica-se que os partidos de centro concentram os maiores volumes médios de receitas em termos absolutos e de valor médio per capita.

Tabela 3: Receitas liquidas por classificação partidária - 2017/2023

Descrição	2017-2020					
	Partidos de Esquerda		Partidos de Centro		Partidos de Direita	
	RL Média	Per Capita	RL Média	Per Capita	RL Média	Per Capita
Outras Receitas Correntes	461.62	0.02	2502.70	0.06	2456.91	0.04
Outras Receitas de Capital	-	-	3597.55	0.02	191.47	0.03
Receitas Correntes	6244.18	0.32	29055.40	0.55	18295.54	0.61
Receitas de Capital	3.80	0.00	1495.27	0.02	746.96	0.02
Transferências Correntes	40419.08	3.97	65722.44	4.01	56497.62	3.76
Transferências de Capital	2700.88	0.21	1511.55	0.16	1692.93	0.13
Receita Total	49829,5591	4,53	103884,9	4,82	79881,4	4,59
	2021-2023					
Outras Receitas Correntes	965.42	0.04	2693.37	0.07	2414.34	0.06
Outras Receitas de Capital	-	-	4214.92	0.03	3381.95	0.10
Receitas Correntes	15092.59	0.88	46984.46	1.12	27361.57	1.07
Receitas de Capital	290.13	0.02	2001.09	0.06	3254.10	0.08
Transferências Correntes	58209.72	4.74	97849.47	6.28	77658.10	5.74
Transferências de Capital	1371.97	0.15	1832.01	0.22	2082.48	0.20
Receita Total	75929,8	5,8	155575,3	7,8	116152,5	7,3

Nota: RL é Receita Liquida. Obs.: Todo os valores monetários apresentados nas tabelas neste estudo estão expressos em mil reais (R$/1000*)*. Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Esse padrão evidencia que partidos de centro, geralmente mais flexíveis em sua atuação e com maior presença no Legislativo, conseguem ampliar sua captação de recursos, especialmente via transferências correntes. Isso sugere que o acesso privilegiado a recursos públicos e negociações políticas tende a beneficiar legendas com perfil de coalizão, reforçando seu papel de "fiadores da governabilidade".

O crescimento expressivo das receitas após 2021, apresenta um salto significativo nas receitas em todos os blocos ideológicos, sobretudo nas transferências correntes. O caso da esquerda é emblemático: o valor per capita sobe de R$ 3,97 (2017-2020) para R$ 4,74 (2021-2023). Esse aumento pode ser interpretado como reflexo de alterações institucionais, tais como a ampliação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e o fortalecimento das transferências partidárias após o fim das coligações proporcionais, medidas que, paradoxalmente, aumentaram a dependência dos partidos em relação a recursos públicos.

Quanto a estrutura das receitas, correntes versus de capital, a análise da composição das receitas indica que os partidos continuam altamente dependentes de receitas correntes, em especial das transferências de recursos públicos, enquanto as receitas de capital e "outras receitas" apresentam valores relativamente reduzidos. Isso revela uma fragilidade estrutural: a baixa diversificação das fontes de financiamento partidário. O predomínio de transferências evidencia que a sustentabilidade financeira dos partidos está fortemente atrelada ao Estado, o que reduz sua autonomia e pode comprometer sua capacidade de enraizamento social.

Referente a assimetria entre discurso ideológico e prática financeira, os dados também revelam uma contradição entre o discurso ideológico e a dependência financeira. Partidos de esquerda, que tradicionalmente defendem maior intervenção estatal e redistribuição de recursos, exibem, no período 2021-2023, a maior captação per capita em transferências correntes R$ 4,74. Já partidos de direita, que em tese defendem menor intervenção do Estado, apresentam igualmente forte dependência de recursos públicos, alcançando R$ 5,74 per capita em transferências. Isso reforça a crítica de que, independentemente do alinhamento ideológico, os partidos brasileiros operam em um modelo homogêneo de financiamento, centralizado em repasses estatais.

No que tange a implicações para a crise de representatividade, por meio da análise da Tabela 3, quando articulada às Tabelas 1 e 2, aprofunda a compreensão sobre a crise de representatividade no Brasil. Embora formalmente distintos em sua orientação ideológica, os partidos se mostram financeiramente semelhantes na dependência de recursos públicos, o que reforça percepções sociais de distanciamento entre legendas e sociedade civil. Além disso, a assimetria entre receitas correntes e outras fontes limita a possibilidade de os partidos se legitimarem por meio de vínculos diretos com sua base social, perpetuando a lógica de organizações mais voltadas para a sobrevivência institucional do que para a representação efetiva de interesses coletivos.

Os dados elencados na Tabela 3 evidencia que o sistema partidário brasileiro, além de fragmentado (Tabela 1) e pouco diverso ideologicamente (Tabela 2), apresenta forte dependência estrutural de recursos públicos e concentra receitas nos partidos de centro, reforçando assimetrias políticas. Essa configuração revela um paradoxo: apesar da pluralidade formal e da diversidade ideológica declarada, a lógica financeira homogeneizada dos partidos contribui para a percepção de que estes funcionam como aparelhos estatais de poder, mais do que como canais autônomos de representação democrática.

Os dados constantes na Tabela 4 apresenta as despesas liquidadas por função administrativa, segmentadas por classificação partidária, esquerda, centro e direita, no período 2017–2020. A análise permite identificar padrões de alocação de recursos e prioridades político-administrativas diferenciadas entre os grupos partidários.

Os padrões gerais de alocação de recursos sugerem que partidos de esquerda concentraram elevados investimentos em funções sociais, notadamente Educação (R$ 86.735,09 (per capita 6,44), Saúde R$ 141.427,94 (per capita 11.20) e Previdência Social R$ 19.588,59 (per capita 1,91). Esses dados sugerem forte orientação ideológica voltada à promoção da equidade e do bem-estar social, priorizando programas que impactam diretamente a população mais vulnerável. Esses achados divergem dos estudos de Scheeffer et al., (2020) e Rodrigues (2010).

Partidos de centro apresentaram valores intermediários, com destaque para Administração R$ 135.865,43 (per capita 6,79) e Urbanismo R$ 605.70,36 (per capita 3.72), refletindo uma estratégia de equilíbrio entre funções sociais e administrativas, sem concentração excessiva em setores específicos, conforme afirmam Gerigk et al., (2018), quando afirma que a ideologia partidária não é o principal determinante das políticas públicas reguladas ou não reguladas nos municípios brasileiros.

Tabela 4: Despesas liquidadas por função e classificação partidária - 2017/2020 (R$ 1.000)

Cód.	Função	Partidos de Esquerda		Partidos de Centro		Partidos de Direita	
		Média	Per capita	Média	Per capita	Média	Per capita
1	Legislativa	18110.70	1.98	28319.94	1.98	25889.31	1.86
2	Judiciária	454.61	0.02	3654.68	0.18	1214.15	0.10
3	Essencial à Justiça	940.81	0.43	10886.74	0.32	4783.54	0.18
4	Administração	42159.62	4.05	135865.43	6.79	86084.27	6.09
5	Defesa Nacional	161.65	0.07	447.74	0.04	204.09	0.07
6	Segurança Pública	993.66	0.09	4950.67	0.12	4634.65	0.10
7	Relações exteriores	0.00	0.00	0.00	0.00	27840.52	1.43
8	Assistência Social	14980.62	2.06	22147.14	2.04	21689.69	1.75
9	Previdência Social	19588.59	1.91	96337.75	3.47	85295.35	3.16
10	Saúde	141427.94	11.20	235604.70	9.96	180441.57	9.35
11	Trabalho	5128.55	0.20	4207.16	0.40	3374.70	0.45
12	Educação	86735.09	6.44	227744.41	9.54	190254.58	9.83
13	Cultura	19293.57	1.39	3576.12	0.20	5597.99	0.22
14	Direitos da Cidadania	173.57	0.01	5162.03	0.15	20269.47	0.10
15	Urbanismo	50181.13	3.67	60570.36	3.72	61784.24	3.34
16	Habitação	297.82	0.14	8128.20	0.65	4225.16	0.46
17	Saneamento	480.00	0.22	96224.53	0.69	20763.91	0.74
18	Gestão Ambiental	3386.40	0.36	4342.23	0.34	18287.65	0.32
19	Ciência e tecnologia	0.00	0.00	38945.70	0.07	724.63	0.08
20	Agricultura	4375.13	0.40	3841.12	0.60	3254.55	0.45
21	Organização agrária	0.00	0.00	3.80	0.00	4139.00	0.25
22	Indústria	0.00	0.00	1653.54	0.16	895.45	0.07
23	Comércio e Serviços	8513.67	0.36	2950.94	0.33	2896.34	0.19
24	Comunicação	0.00	0.00	517.43	0.05	1128.38	0.07
25	Energia	1915.90	0.08	6206.69	0.74	5307.62	0.60
26	Transporte	4777.79	1.93	23342.00	1.74	12746.39	1.66
27	Desporto e Lazer	1068.79	0.17	3878.91	0.38	5478.88	0.29
28	Encargos Especiais	34287.79	1.92	29657.25	1.19	35964.46	1.46

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Partidos de direita alocaram recursos em áreas sociais, mas em destaque foram os partidos que investiram em funções estratégicas ou específicas, como Relações Exteriores R$ 27.840,52 (per capita 1.43) e Saneamento R$ 20.763,91 (per capita 0,74). Tal padrão sugere foco em eficiência administrativa e investimentos pontuais voltados à infraestrutura e à política externa, conforme consta nos estudos de Câmara (2018) e Dalla Riva e Guglielmi (2020).

De forma equilibrada, os partidos de esquerda, centro e direita alocam seus maiores recursos nas funções de Saúde, Educação e Administração, respectivamente. A Saúde constitui a principal destinação orçamentária entre os partidos de esquerda R$ 184.792,83 (per capita

R$ 13,47) e dos partidos de centro R$ 344.929,45 (per capita R$ 16,42). Entre os partidos de direita, o maior volume de investimentos concentra-se na educação R$ 251.232,13 (per capita R$ 13,94) mas sendo bem próximo do valor de Saúde.

Funções subfinanciadas, tais como funções como Cultura, Ciência e Tecnologia e Organização Agrária apresentam valores médios e per capita baixos em todos os grupos, com destaque para a ausência de alocação significativa na esquerda para a função de Organização Agrária. Essa constatação evidencia um possível subfinanciamento de áreas estratégicas para desenvolvimento social, inovação tecnológica e fortalecimento do setor agrário, com potenciais impactos negativos de médio e longo prazo. Esse padrão de subfinanciamento está em consonância com as constatações de Febre et al.,(2020), que destacam menor prioridade a áreas específicas, como gestão ambiental, em governos de direita. Vale ressaltar, que alguns dados referentes aos partidos de esquerda apresentam valores zerados em determinadas funções, como Defesa nacional, Habitação, Ciência e Tecnologia e Indústria, entre outras. Essa ocorrência pode ser explicada pela baixa representatividade desses partidos na amostra, que correspondem a apenas 1,2% dos governos municipais analisados, o que reduz a probabilidade de ocorrência de alocações orçamentárias em todas as funções.

Já quanto ao período 2021-2023, relativo aos dados da Tabela 5, permitem observar a continuidade de padrões previamente identificados em 2017–2020, assim como o impacto de mudanças institucionais e conjunturais sobre a alocação de recursos.

Tabela 5: Despesas liquidadas por função e classificação partidária - 2021/2023 (R$ 1.000)

Cód.	Função	Partidos de Esquerda		Partidos de Centro		Partidos de Direita	
		Média	Per capita	Média	Per capita	Média	Per capita
1	Legislativa	22265.92	2.07	38465.01	2.68	31602.54	2.46
2	Judiciária	1656.55	0.52	4533.19	0.48	1747.76	0.19
3	Essencial à Justiça	0.00	0.00	25125.77	0.40	6441.81	0.30
4	Administração	62872.76	7.37	196396.28	10.24	111086.80	9.15
5	Defesa Nacional	0.00	0.00	1217.25	0.09	780.53	0.03
6	Segurança Pública	1354.85	0.06	10193.54	0.20	9820.80	0.19
7	Relações exteriores	0.00	0.00	0.00	0.00	221.98	0.04
8	Assistência Social	27796.56	2.67	30569.61	2.87	35452.88	2.91
9	Previdência Social	88091.63	3.44	139481.91	5.13	118063.39	4.74
10	Saúde	184792.83	13.47	344929.45	16.42	256879.31	15.11
11	Trabalho	7618.34	0.30	6456.57	0.56	5026.96	0.88
12	Educação	143800.27	11.55	321774.01	14.09	251232.13	13.94
13	Cultura	13554.53	0.55	6537.24	0.57	5185.62	0.58
14	Direitos da Cidadania	0.00	0.00	3194.22	0.09	1957.69	0.05
15	Urbanismo	81990.11	4.62	99604.08	6.23	112188.53	6.03
16	Habitação	0.00	0.00	9141.57	0.74	10579.32	1.46
17	Saneamento	327.55	0.01	145194.64	1.03	34082.79	0.81
18	Gestão Ambiental	7091.46	0.30	7652.82	0.66	18858.00	0.69
19	Ciência e tecnologia	0.00	0.00	30046.61	0.21	2748.06	0.01
20	Agricultura	2894.69	0.36	6913.17	1.00	6570.73	0.87
21	Organização agrária	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
22	Indústria	0.00	0.00	3151.38	0.22	2410.37	0.11
23	Comércio e Serviços	6142.18	0.28	5207.37	0.41	6100.45	0.51
24	Comunicação	0.00	0.00	1865.68	0.07	3073.84	0.11
25	Energia	0.00	0.00	7165.69	0.74	8208.39	0.80
26	Transporte	7108.11	1.58	40774.56	3.17	19086.04	2.97
27	Desporto e Lazer	1651.61	0.13	6503.65	0.56	6853.95	0.52

28	Encargos Especiais	27785.78	1.81	59697.51	2.44	43783.18	2.19

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Conforme o período anterior analisado os resultados apresentaram a mesma conformidade, os partidos possuindo as maiores alocações de recursos em orientação programática voltada à promoção da equidade e do bem-estar social. Sendo Saúde e Educação os maiores investimentos respectivamente.

Ao confrontar esses resultados com a literatura, observa-se uma convergência com evidências anteriores sobre a limitada influência da ideologia partidária na alocação de recursos (i) homogeneidade entre blocos ideológicos; (ii) Influência de fatores institucionais e conjunturais; (iii) subfinanciamento de áreas estratégicas; e (iv) importância da análise per capita.

Homogeneidade entre blocos ideológicos, estudos como Fabre e Scheeffer (2024) e Scheeffer, Baldo e Santos (2020) indicam que, em larga escala, partidos de esquerda e direita apresentam padrões de gastos semelhantes, com exceção de setores específicos como educação e urbanismo, que consistentemente recebem maior atenção de gestores de esquerda. Na Tabela 5 é confirmada essa tendência, mostrando que, embora a esquerda registre maiores investimentos em áreas sociais, centros e direita ainda mantêm investimentos expressivos em funções essenciais.

Influência de fatores institucionais e conjunturais, conforme Grzibowski (2019) e Câmara (2018), restrições legais, ciclos orçamentários e crescimento da receita explicam parte do comportamento homogêneo das despesas. O aumento significativo das transferências correntes e das despesas sociais em 2021–2023 reflete não apenas preferências programáticas, mas também alterações institucionais, como o fortalecimento das transferências partidárias e mudanças no Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

Subfinanciamento de áreas estratégicas, assim como observado em 2017–2020, funções como cultura, ciência e tecnologia e organização agrária permanecem subfinanciadas em todos os grupos partidários. Febre, Scheffer e Flach (2020) apontam que a menor prioridade a setores específicos, como Gestão ambiental, é um Fenômeno consistente, indicando que, independentemente da ideologia, certas áreas estratégicas não recebem atenção proporcional.

Importância da análise per capita, a avaliação per capita demonstra que, embora os valores absolutos indiquem diferenças aparentes entre partidos, o efeito real sobre a população atendida evidencia uma relativa homogeneidade de impacto social, reforçando a conclusão de Gerigk, Riber e Lepcahk (2018) de que a ideologia partidária não é determinante absoluto da distribuição de recursos, sendo mediada por fatores estruturais, institucionais e pragmáticos.

Diante dos achados e confrontados com a literatura, os dados elencados na Tabela 5 reforçam a compreensão de que a fragmentação partidária e a diversidade formal de ideologias não se traduzem em diferença substantiva na alocação de recursos públicos. A esquerda mantém destaque em setores sociais estratégicos, mas centros e direita apresentam padrões semelhantes em funções essenciais à administração pública. Essa constatação converge com a literatura existente, sugerindo que, no Brasil, o comportamento das despesas públicas é moldado por fatores estruturais e institucionais, enquanto a ideologia partidária exerce influência apenas de forma pontual em setores selecionados.

Quanto a análise dos restos a pagar processados e não processados por função e ideologia partidária constantes na Tabela 6, segmentados por partidos de esquerda, centro e direita, nos períodos 2017 a 2020 e 2021 a 2023. A análise evidencia padrões relevantes sobre alocação orçamentária, eficiência na execução financeira e influência da ideologia partidária.

Observa-se uma queda drástica nos RP atribuídos a partidos de esquerda. Em saúde, por exemplo, os RP passaram de R$ 4138.16 (per capita R$ 0,17) para R$ 1339.81 (per capita

R$ 0,11). Essa redução pode refletir uma mudança na distribuição de recursos, maior rigor na execução orçamentária ou diminuição de alocação direta sob a gestão da esquerda.

Observou-se também a concentração em algumas funções. Administração, Saúde e Educação continuam a concentrar os maiores RP em todos os grupos partidários, refletindo prioridades permanentes e complexidade operacional desses setores. Já as funções como Defesa Nacional, Relações exteriores, Cultura e Organização Agrária apresentam RP relativamente baixos, independentemente da ideologia, indicando subfinanciamento ou execução eficiente.

A evolução da eficiência na execução orçamentária apresentou uma queda generalizada dos RP processados e não processados entre os períodos, sugerindo melhoria na gestão orçamentária, possivelmente decorrente de maior planejamento, adoção de sistemas eletrônicos de acompanhamento e controle interno aprimorado. No entanto, algumas funções continuam com RP elevados, apontando gargalos administrativos persistentes.

Tabela 06: Restos a pagar processados e não processados por função e classificação partidária - 2017-2020

Cód.	Função	Partidos de Esquerda		Partidos de Centro		Partidos de Direita	
		Média	Per capita	Média	Per capita	Média	Per capita
Período 2017 a 2020							
1	Legislativa	60.00	0.00	208.78	0.02	70.87	0.01
2	Judiciária	5.69	0.00	199.29	0.03	66.97	0.01
3	Essencial à Justiça	0.00	0.00	988.39	0.01	145.65	0.00
4	Administração	6254.76	0.26	4874.68	0.14	4098.75	0.21
5	Defesa Nacional	0.00	0.00	168.91	0.01	4.50	0.00
6	Segurança Pública	16.49	0.00	367.27	0.00	714.69	0.00
7	Relações exteriores	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
8	Assistência Social	1210.28	0.05	626.80	0.03	982.74	0.04
9	Previdência Social	103.16	0.00	940.54	0.07	1408.14	0.06
10	Saúde	4138.16	0.17	8400.16	0.21	7685.75	0.24
11	Trabalho	0.00	0.00	376.41	0.01	384.45	0.00
12	Educação	8775.71	0.37	5672.43	0.16	7725.18	0.23
13	Cultura	133.59	0.01	691.92	0.01	1303.66	0.02
14	Direitos da Cidadania	5.33	0.00	252.60	0.00	3726.36	0.01
15	Urbanismo	5434.01	0.23	2481.00	0.10	3625.79	0.09
16	Habitação	0.00	0.00	447.19	0.03	927.03	0.03
17	Saneamento	0.00	0.00	4592.98	0.06	2956.54	0.06
18	Gestão Ambiental	467.08	0.02	276.33	0.02	1898.97	0.03
19	Ciência e tecnologia	0.00	0.00	17007.7	0.03	206.69	0.00
20	Agricultura	776.86	0.03	219.00	0.03	316.45	0.04
21	Organização agrária	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
22	Indústria	0.00	0.00	89.77	0.01	147.66	0.00
23	Comércio e Servicos	699.36	0.03	759.81	0.07	455.67	0.02
24	Comunicação	0.00	0.00	245.42	0.01	46.40	0.01
25	Energia	6.15	0.00	339.04	0.02	392.74	0.10
26	Transporte	40.28	0.00	1678.22	0.04	716.45	0.07
27	Desporto e Lazer	13.36	0.00	296.35	0.02	690.58	0.02
28	Encargos Especiais	1779.98	0.07	489.54	0.03	3932.50	0.12
Período 2020 a 2023							
1	Legislativa	21.10	0.00	179.41	0.01	661.33	0.04
2	Judiciária	0.00	0.00	683.29	0.11	32.79	0.01
3	Essencial à Justiça	0.00	0.00	1338.40	0.01	168.07	0.01
4	Administração	173.69	0.02	3645.67	0.18	1888.05	0.16
5	Defesa Nacional	0.00	0.00	6.10	0.00	0.00	0.00
6	Segurança Pública	7.56	0.00	369.31	0.01	259.80	0.01
7	Relações exteriores	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
8	Assistência Social	453.90	0.02	733.42	0.05	1133.35	0.07
9	Previdência Social	23.73	0.00	840.40	0.05	575.60	0.04
10	Saúde	1339.81	0.11	6793.40	0.22	3915.82	0.31
11	Trabalho	0.00	0.00	818.53	0.01	404.84	0.00
12	Educação	597.37	0.03	5416.05	0.16	3284.83	0.16
13	Cultura	135.14	0.01	1420.52	0.04	308.85	0.02
14	Direitos da Cidadania	0.00	0.00	375.98	0.00	53.83	0.00
15	Urbanismo	1373.78	0.06	2024.26	0.10	3944.09	0.16

16	Habitação	0.00	0.00	457.45	0.02	324.38	0.06
17	Saneamento	0.00	0.00	2622.08	0.04	3084.30	0.03
18	Gestão Ambiental	126.18	0.01	522.19	0.02	580.41	0.02
19	Ciência e tecnologia	0.00	0.00	1054.75	0.00	5850.00	0.01
20	Agricultura	24.73	0.00	429.71	0.05	627.67	0.10
21	Organização agrária	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
22	Indústria	0.00	0.00	188.45	0.00	9.56	0.00
23	Comércio e Serviços	178.77	0.01	729.45	0.03	552.95	0.05
24	Comunicação	0.00	0.00	233.89	0.00	40.08	0.00
25	Energia	0.00	0.00	179.45	0.04	304.22	0.04
26	Transporte	42.42	0.01	1643.75	0.08	584.71	0.07
27	Desporto e Lazer	144.18	0.01	210.04	0.02	661.22	0.01
28	Encargos Especiais	721.35	0.03	950.14	0.11	202.20	0.01

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A análise da influência da ideologia partidária sobre a execução orçamentária evidencia dinâmicas complexas de priorização de gastos e de gestão fiscal. Historicamente, partidos de orientação à esquerda concentram maior proporção de recursos públicos em funções sociais, especialmente saúde, educação, previdência e assistência social. No entanto, entre 2021 e 2024, observa-se redução significativa nos valores destinados a essas áreas, sugerindo possível reconfiguração de prioridades em direção a pautas de centro ou direita, ou ainda ajustes conjunturais decorrentes de restrições fiscais e alterações no ciclo econômico.

Em contraste, as gestões de centro mantiveram padrão intermediário de comportamento orçamentário, priorizando funções essenciais como administração, saúde e educação, o que denota um pragmatismo fiscal voltado à manutenção dos serviços públicos básicos e ao equilíbrio financeiro. Já os governos de direita apresentaram elevação do gasto per capita em funções estratégicas, particularmente em infraestrutura, urbanismo e segurança pública, refletindo uma postura seletiva e tecnocrática de investimento, voltada à eficiência operacional e à expansão de bases eleitorais urbanas.

Os padrões identificados indicam que, embora persistam Restos a Pagar (RP) relevantes nas funções sociais, a tendência de redução evidencia avanços na gestão do planejamento orçamentário. Funções administrativas, como transporte e encargos especiais, apresentaram RP consistentes, revelando a necessidade de aperfeiçoar a governança contratual e os mecanismos de controle de execução financeira. Já funções de menor prioridade política, como cultura, ciência e tecnologia, ou direitos da cidadania, registram valores de RP reduzidos, o que pode indicar execução eficiente ou, de modo preocupante, subfinanciamento estrutural e descontinuidade de políticas públicas.

A análise dos dados sintetizados na Tabela 6 sugere que a redução dos RP está associada à adoção de práticas de planejamento mais robustas e à compatibilização entre cronogramas de desembolso e execução contratual. Para consolidar essa tendência, recomenda-se o aperfeiçoamento dos sistemas integrados de monitoramento orçamentário em tempo real, com alertas automáticos para prazos de liquidação e mecanismos de previsão de fluxo de caixa, de modo a prevenir atrasos e aumentar a previsibilidade fiscal.

A transparência e a accountability devem compor o eixo central da mitigação dos RP. A divulgação regular de relatórios detalhados, submetidos à auditoria e ao controle social, fortalece a legitimidade das decisões orçamentárias. Em síntese, embora persistam desafios em funções sociais e administrativas, a expressiva redução dos RP entre 2021 e 2023 reflete avanços significativos na execução fiscal, com potencial de consolidar práticas de gestão pública mais eficientes e alinhadas às prioridades sociais.

Por fim, a regressão logística multinomial (Tabela 7) revela que o fator per capita é estatisticamente relevante apenas na distinção entre direita e centro, indicando que o comportamento orçamentário per capita influência mais diretamente a diferenciação dos partidos de direita, mas não da esquerda, em relação ao centro, sinalizando convergência moderada nas práticas de gasto social e divergência seletiva em áreas estratégicas.

A equação "direita-centro" estima os log-odds de ser direita em vez de centro, a equação "esquerda-centro" estima os log-odds de ser esquerda em vez de centro. O preditor principal é per capita (indicador financeiro/orçamentário). Com isso, pode-se inferir que os coeficientes "direita-centro", intercepto = –1,18 ($p < 0,001$), indica que, quando o valor de per capita = 0, a chance de estar na categoria "direita" em relação à "centro" é menor (odds ratio = 0,306 → aproximadamente 70% menor probabilidade). O resultado da variável per capita = –3,23e−6 ($p = 0,001$), sugere que quando o coeficiente é negativo e significativo, indicando que à medida que o valor per capita aumenta, a probabilidade de estar na "direita vs centro" diminui. O odds ratio é próximo de 1,0000, porque o coeficiente é muito pequeno, mas a direção é consistente (tendência de redução).

Tabela 7: Regressão logística multinomial referente as despesas per capita em 2017 a 2023

Coeficientes do modelo - Classificação						Intervalo de Confiança a 95%		
Classificação	Preditor	Estimativas	Erro-padrão	Z	p	Rácio das Chances	Lim. Inferior	Superior
Direita - Centro	Intercepto	-1.18	3.91e-11	-3.03e+10	<.001	0.3062	0.3062	0.3062
Per Capita	-3.23e−6	1.01e0-6	-3.19	0.001	0.001	10.000	1.0000	1.0000
Esquerda - Centro	Intercepto	-3.00	5.95e-11	-5.04e+10	<.001	0.0499	0.0499	0.0499
Per Capita	2.34e-6	1.90e0-6	1.23	0.218	0.001	10.000	1.0000	1.0000

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Já a equação "esquerda – centro", intercepto = –3,00 ($p < 0,001$), indica que a chance de estar na "esquerda" em relação ao "centro", quando per capita = 0, é muito baixa (odds ratio = 0,0499 → cerca de 95% menor). O resultado da variável per capita = 2,34e−6 ($p = 0,218$), indica que o coeficiente é positivo, mas não é estatisticamente significativo ($p > 0,05$). Isso significa que não há evidências suficientes de que per capita diferencie "esquerda" de "centro".

O "centro" parece ser a categoria mais estável, servindo como "ponto de referência" no modelo. Para a comparação "direita vs centro", existe uma relação significativa: maiores valores per capita estão associados a menor probabilidade de "direita". Para a comparação "esquerda vs centro", não há associação estatisticamente significativa com per capita. O intercepto negativo para ambas as comparações reforça que, na ausência de variação explicada por per capita, centro" tende a ser mais provável que "esquerda ou direita".

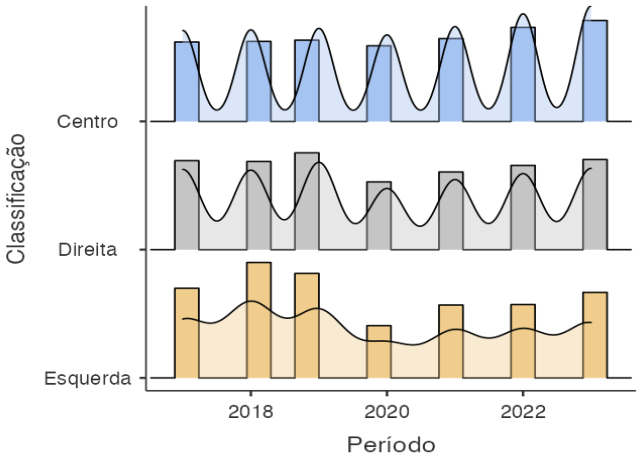
Em suma, o modelo sugere que o fator per capita é relevante apenas na distinção entre "direita e centro", mas não entre "esquerda e centro". Isso pode indicar que o comportamento orçamentário per capita influencia mais diretamente a posição de partidos de direita em comparação ao centro, mas não afeta significativamente a diferenciação da esquerda em relação ao centro. Referida afirmativa, fundamenta-se que o coeficiente para "esquerda" não foi estatisticamente significativo, mostrando ausência de relação robusta entre per capita e classificação da "esquerda" em relação ao "centro".

Na Figura 1, que ilustra a evolução das despesas per capita segundo a orientação ideológica partidária (centro, direita e esquerda) no período de 2017 a 2023, evidencia-se padrões distintos de comportamento entre as classificações. Observa-se que as gestões municipais de orientação centrista se mantêm como referência de maior estabilidade, apresentando um perfil recorrente e previsível de execução financeira. Em contrapartida, as administrações vinculadas à direita revelam maior sensibilidade às variações no indicador per capita, exibindo ciclos regulares, mas com tendência de redução relativa, o que corrobora a influência negativa identificada na análise estatística. Já as gestões de esquerda demonstram comportamento irregular e errático, sem configuração de padrão consistente ao longo do tempo, o que contribui para a ausência de significância estatística no modelo estimado.

O centro apresenta a série mais consistente, com picos regulares em praticamente todos os anos. A presença de ciclos bem marcados sugere que partidos de centro mantêm um padrão recorrente de variação, possivelmente relacionado ao calendário orçamentário ou eleitoral. Isso reforça os resultados da regressão: o Centro aparece como categoria de referência mais estável.

A direita também exibe variações cíclicas, embora de menor intensidade que o Centro.

Figura 1: Evolução das despesas per capita 2017-2023 por orientação ideológica partidária.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Nota-se declínio em alguns períodos (2019-2020 e 2021), indicando possível dificuldade em manter consistência orçamentária ou perda de espaço relativo frente ao Centro. Esse comportamento oscilatório é compatível com o achado da regressão: a probabilidade de ser classificado como Direita diminui conforme aumenta o per capita, refletindo menor sustentabilidade em termos de execução financeira.

A esquerda apresenta um comportamento mais irregular e com menor amplitude em comparação a centro e direita. Há momentos de destaque, como em 2017-2018, mas também períodos de queda, sobretudo entre 2019-2020. A curva é menos cíclica e mais instável, sugerindo que a atuação da esquerda nesse período não seguiu um padrão claro de regularidade orçamentária.

A Figura 1 confirma a força do "centro" como referência dominante e de comportamento mais previsível. A "direita", embora apresente ciclos regulares, mostra tendência de redução relativa, reforçando a influência negativa do per capita. A "esquerda", por sua vez, apresenta instabilidade e irregularidade, o que ajuda a explicar a ausência de significância estatística no modelo. Em outras palavras, o "centro" mantém-se como padrão estável, a "direita" apresenta maior sensibilidade a variáveis financeiras (per capita) e a "esquerda" revela comportamento errático, sem padrão estatisticamente consistente.

CONCLUSÃO

O estudo teve como objetivo central analisar em que medida a ideologia política partidária influencia o comportamento das despesas públicas nos municípios do Estado de Goiás entre 2017 e 2023. As hipóteses formuladas buscavam verificar se a execução orçamentária refletiria, de fato, as orientações ideológicas dos partidos aos quais os governos municipais se encontram filiados. Os resultados encontrados permitem afirmar que a hipótese nula (H0), de que as despesas não guardariam relação com a ideologia declarada, não pôde ser integralmente rejeitada. Embora se observem nuances relevantes, como a tendência de partidos de esquerda priorizarem investimentos em áreas sociais, as diferenças entre os blocos

ideológicos mostraram-se atenuadas por fatores estruturais, institucionais e pragmáticos que permeiam a gestão pública municipal.

A predominância de partidos de centro na amostra reforça a convergência em torno de práticas administrativas orientadas pela estabilidade fiscal e pela busca de governabilidade, reduzindo a visibilidade de clivagens ideológicas substantivas. Assim, os resultados corroboram parte da literatura nacional e internacional que aponta para a homogeneidade relativa na execução orçamentária, em contraste com o discurso ideológico adotado em campanhas eleitorais.

A contribuição deste trabalho reside em oferecer evidências empíricas sobre a baixa correspondência entre ideologia partidária formal e prática orçamentária municipal, ampliando a compreensão acerca dos condicionantes políticos das finanças públicas locais. Para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação da amostra para outros estados e regiões, a inclusão de variáveis qualitativas que capturem aspectos institucionais e coalizões, bem como a utilização de modelos econométricos avançados que considerem heterogeneidades não observadas.

Por fim, reconhecem-se como limitações a concentração geográfica da amostra no Estado de Goiás, a exclusão dos efeitos extraordinários da pandemia de Covid-19 nos anos de 2020 e 2021, e a possível influência de fatores contextuais não captados pelas variáveis analisadas. Tais restrições, entretanto, não comprometem a validade dos achados, mas indicam a necessidade de maior aprofundamento em estudos subsequentes.

Como sugestões para pesquisas futuras, estender a análise para outros Estados brasileiros ou realizar um estudo comparativo entre regiões, de modo a verificar se a influência (ou ausência) da ideologia partidária sobre as despesas públicas se mantém em diferentes contextos socioeconômicos e institucionais.

APOIO FINANCEIRO: bolsa estudantil, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

REFERÊNCIAS

Abreu, C. R., & Câmara, L. M. (2015). O orçamento público como instrumento de ação governamental: uma análise de suas redefinições no contexto da formulação de políticas públicas de infraestrutura. *Revista de Administração Pública, 49,* 73–90.

Bartoluzzio, A. I. S. de S., & Anjos, L. C. M. dos. (2020). Ciclos políticos e gestão fiscal nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea, 24,* 167–180.

Codato, A., Berlatto, F., & Bolognesi, B. (2018). Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica. *Análise Social, 53*(229).

Diniz, G. M., Pontes, P. A., & Pinheiro, B. G. (2020). A relação entre a transparência digital dos municípios cearenses e seus indicadores políticos, sociais e econômicos. Revista Controle: *Doutrinas e Artigos, 18*(2), 133–163.

Filgueiras, F. (2018). Accountability, democracia e políticas públicas no Brasil. In M. M. A. Rodrigues (Org.), *Governança, qualidade da democracia e políticas públicas: teoria e análise.* Rio de Janeiro: UFRJ.

Fukumoto, K., Horiuchi, Y., & Tanaka, S. (2020). Treated politicians, treated voters: A natural experiment on political budget cycles. *Electoral Studies,* 67.

García, I., & Hayo, B. (2021). Political budget cycles revisited: Testing the signalling process. *European Journal of Political Economy, 69.*

Giora, G. (2009). Social democracia sem Keynes (?) – *esquerdas em marcha: Brasil, Chile e Uruguai (2000–2008)* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].

Gonçalves, L. G., Funchal, B., & Bezerra, J. E. (2017). A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014. *Revista de Administração Pública, 51(4),* 462–481.

Gootjes, B., De Haan, J., & Jong-A-Pin, R. (2021). Do fiscal rules constrain political budget cycles? *Public Choice, 188*, 1–30.

Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2005). *Análise multivariada de dados* (5ª ed.). Porto Alegre: Bookman.

Lazzari, E. (2022). Policy drift em governos ideologicamente heterogêneos: política tributária na América Latina. *Revista de Administração Pública,* 56, 23–46.

Luque, C. A., & Silva, V. M. (2004). A Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal: combatendo falhas de governo à brasileira. Revista de Economia Política, 24(3), 413–432.

Maglia, C. (2020). Novos partidos de direita no Brasil (1990–2018): Ideologia, estrutura institucional e mercado eleitoral [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política].

Manes Rossi, F. (2011). Analysis of solvency in Italian local governments: The impact of Basel II. IUP *Journal of Financial Risk Management, 8(3)*, 17–42.

Manes Rossi, F., Orelli, R. L., & Padovani, E. (2017). Accounting for financial sustainability: Different local governments choices in different governance settings. In M. Rodríguez-Bolívar (Ed.), *Financial sustainability in public administration* (pp. 109–138). Palgrave Macmillan.

Piotroski, J. D. (2000). Value investing: The use of historical financial statement information to separate winners from losers. *Journal of Accounting Research, 38*, 1–41.

Rodrigues, A., & Paulo, E. (2007). Introdução à análise multivariada. In L. J. Corrar, E. Paulo, & J. M. Dias Filho (Orgs.), *Análise multivariada*. São Paulo: Atlas.

Salles, N. (2020). Ideologia e partidos no Brasil: reflexão e prática a partir dos programas de governo. *Revista Política Hoje*, 29(1), 252–338.

Scheeffer, F. (2018). Análise das diretrizes da política pública: para além dos 3Es. RP3 – *Revista de Pesquisa em Políticas Públicas*, 1. Recuperado de https://doi.org/10.18829/p3.v1i11.26768

Secretaria do Tesouro Nacional. (2019). Equilíbrio fiscal: e-book módulo 03 (14 p.). Brasília: ENAP. Recuperado de https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6256

Tribunal Superior Eleitoral. (2024). Partidos políticos registrados no TSE.: Recuperado de https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse/registrados-no-tse